

Desafios da organização do ensino à criança pequena: um diálogo com as equipes dos centros de convivência infantil da UNESP

Juliana Campregher Pasqualini
dezembro/2017

A educação da criança pequena ocorria outrora em espaços informais da vida cotidiana familiar e comunitária, conduzida de modo espontâneo e assistemático. Nosso tempo histórico é marcado pela tendência ao crescente atendimento educacional realizado por profissionais em contextos institucionais. Hoje nossas crianças frequentam diariamente instituições educativas muito antes de completar o primeiro ano de vida. Essa condição confere um caráter formal e profissional ao trabalho educativo dirigido a crianças de 0 a 3 anos de idade, hoje reconhecido (legalmente) como integrante do sistema *escolar* brasileiro, primeira etapa da Educação Básica.

Muito se tem estudado e debatido sobre a natureza do trabalho a ser realizado nas instituições de educação infantil e sobre o perfil do profissional que atua nesse espaço. Hoje nos é clara a necessidade de superação da falsa ideia de que a mulher é naturalmente apta a exercer a função educadora junto à criança pequena, demarcando-se a exigência de *formação profissional* para a atuação na educação infantil. Fortalece essa defesa a compreensão de que a criança não se desenvolve espontaneamente, mas apenas na medida em que oferecemos a ela as condições necessárias e adequadas para sua aprendizagem e desenvolvimento. Quais sejam essas condições e como concretizá-las no tempo-espaço de nossos centros de convivência infantil (CCIs): eis o problema central a ser enfrentado pelas equipes de profissionais dessas instituições.

Pelas peculiaridades decorrentes da condição etária do sujeitos atendidos, muitas vezes ficam borradas na educação infantil as fronteiras entre o doméstico e o profissional. Um primeiro posicionamento que demarcamos nesse texto é a importância de reivindicarmos a identidade de *profissional da educação* para aqueles que atuam nos nossos CCIs. Construir essa identidade implica, necessariamente, que o trabalho desenvolvido seja fundamentado por *conhecimentos* teóricos/científicos e que tenhamos um *método* a orientar nossas ações. Teoria e método são dois atributos fundamentais de qualquer trabalho profissional. Todo bom profissional domina os conhecimentos

necessários para atuar com seu objeto específico de trabalho e estabelece um modo de agir organizado, sistemático, orientado a determinados resultados que pretende alcançar e mediado pelas ferramentas necessárias para atingi-los.

Temos conseguido cultivar e demarcar a natureza profissional, cientificamente fundamentada e sistematizada do trabalho que desenvolvemos?

Os conhecimentos necessários para fundamentar o trabalho de um agente de desenvolvimento infantil (ADI) são de diversas ordens, o que nos ajuda a entender o quão desafiadora (e laboriosa!) é essa profissão. Decisões precisam ser tomadas a todo tempo e suas consequências agem diretamente sobre a vida das crianças que estão sob sua responsabilidade. Sabemos que a organização da rotina de trabalho nos nossos CCIs não prevê o tempo de planejamento necessário para o trabalho educativo. Considerando essas condições concretas, distantes do que se poderia vislumbrar como ideal para as profissionais e para as crianças e famílias atendidas, buscamos, nesse texto, trazer alguns apontamentos e orientações que possam servir de ferramenta para a condução do cotidiano pelas equipes dos centros de convivência infantil.

A bússola indispensável para orientar o trabalho educativo é a intencionalidade pedagógica. Para onde caminhamos? Onde queremos chegar? O que queremos produzir como fruto do nosso trabalho (coletivo)? Que resultados desejamos alcançar? Sem essa clareza, nosso comportamento pode tornar-se errático e sem sentido – o que não só compromete a experiência educativa das crianças mas se torna fator de sofrimento para o profissional-educador.

A intencionalidade pedagógica precisa ser pensada, primeiramente, em sentido amplo e geral. Temos como premissa nesse diálogo, como já sinalizado, que as crianças não se desenvolvem natural e espontaneamente: o desenvolvimento infantil é resultado das mediações educativas (em geral) e pedagógicas (em particular); precisa, portanto, ser produzido. Assim, nosso grande “para quê” é promover o desenvolvimento humano em plenitude! Dermeval Saviani já nos ensinou que o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada criança singular, a humanidade produzida

historicamente pelo conjunto dos seres humanos. Eis o que fazemos, e não há ofício mais belo: a humanização das novas gerações.

Da intencionalidade geral desdobram-se finalidades específicas em vários níveis: os objetivos para o ano letivo; os objetivos para o semestre, mês ou semana; os objetivos referentes aos diferentes aspectos do desenvolvimento infantil, áreas de conhecimento escolar e atividades sociais; os objetivos de cada tarefa ou experiência que proporcionamos às crianças. Muitas vezes propomos atividades para as crianças sem refletir sobre as razões dessa escolha, por tradição ou seguindo algum tipo de pré-determinação. Seguir protocolos formulados por outrem pode à primeira vista parecer mais fácil, pois nos exime do esforço de pensar (e da responsabilidade por eventuais resultados frustrados), mas isso nos retira do lugar de sujeito de nossa própria atividade, produzindo um alheamento entre o que somos e o que fazemos. Se a velocidade e a carga do cotidiano nem sempre nos permitem essa relação consciente com nossa atividade pedagógica, cavar essa possibilidade é um esforço gerador de sentido pessoal e de saúde.

Temos clareza de qual é nosso "para quê", nosso projeto educativo coletivo? Temos conseguido propor às crianças tarefas e experiências com clareza de objetivos?

Não é nada fácil delimitar objetivos pedagógicos. Para enfrentar essa tarefa, a ADI precisa de muitas ferramentas e apoios. Primeiramente, precisa entender de criança! É necessário se ter um entendimento conceitual sobre os períodos/fases pelos quais passa a criança em seu percurso de desenvolvimento, que permita compreender quais as peculiaridades, possibilidades e necessidades de cada período e o que faz as crianças avançarem rumo a novas conquistas do desenvolvimento (já que não se trata de mudanças que ocorrem pela mera passagem do tempo). Entender como a criança se desenvolve é decisivo para orientar o comportamento dos pequenos e saber o que esperar (e o que não esperar) da criança a cada momento. Em outras palavras, a explicação teórica geral do percurso do desenvolvimento infantil ajuda a entender porque a criança se comporta de determinada forma em determinado momento e se

torna instrumento para a educadora analisar e interpretar aquilo que cada criança é (ou está) quando chega para a turma (como fruto de sua história singular de desenvolvimento), bem como o desenrolar de seu desempenho ao longo do ano letivo.

Nosso conhecimento sobre o desenvolvimento da criança ultrapassa o nível da mera descrição de características de cada fase e nos permite chegar a explicações?

Temos suficiente apropriação e entendimento teórico sobre o desenvolvimento infantil capaz de orientar efetivamente nossa prática pedagógica?

Somente entendendo como as crianças (em geral) se desenvolvem e considerando o contexto e a história concreta de desenvolvimento das crianças (singulares) que compõem cada turma, é que se pode enfrentar três questões fundamentais do trabalho educativo: o que ensinar, como ensinar e quando ensinar.

Decidir “o que ensinar” a cada momento é uma escolha pedagógica que deve se apoiar em uma avaliação das possibilidades e necessidades de desenvolvimento das crianças a cada momento, e ao mesmo tempo considerar o que podemos e desejamos oferecer aos pequenos do vasto acervo de conhecimentos e capacidades humanas acumulados na cultura. O dispositivo pedagógico que trata da seleção, organização e sequenciação dos conteúdos que trabalharemos com as crianças é o currículo. Na educação infantil temos ainda uma carência de formulações propriamente curriculares que possam orientar o educador em seu enfrentamento com a tarefa de selecionar “o que ensinar” – o que torna por vezes difícil até mesmo identificar quais são os conteúdos a ensinar aos pequenos, especialmente de zero a três anos.

Quanto maior o domínio que a ADI tem dos *conteúdos da cultura* que serão convertidos em *conteúdos escolares*, mais alternativas lhe aparecem como possibilidades pedagógicas. A educadora é uma profissional que apresenta a realidade às crianças. Para poder “abrir as cortinas” do espetáculo-mundo e conduzir a criança no percurso de revelação-descoberta que constitui o processo de ensino-aprendizagem, essa profissional precisa conhecer profundamente a realidade da existência humana e implicar-se com ela! Dominando um vasto repertório de produções culturais e históricas humanas, de um

lado, e o percurso de desenvolvimento infantil, de outro, a educadora se torna capaz de promover o encontro da criança com a cultura, convertendo os conteúdos do patrimônio histórico-cultural em conteúdos escolares que impulsionam e promovem o desenvolvimento infantil.

Para isso é importante para a educadora alimentar-se de conhecimento e arte e impregnar-se dos problemas e dramas que permeiam a prática social na qual se pretende paulatinamente introduzir os pequenos! Conhecer ricas e diversas produções artísticas, entender conceitos/sistemas conceituais das ciências da natureza e da sociedade, conhecer e incorporar a Cultura corporal, se enveredar pela Língua Portuguesa e suas riquezas, munir-se das ferramentas matemáticas para se orientar mundo afora. Precisamos acumular bagagem para que possamos realizar a tarefa de que somos incumbidos, nós, os educadores! Esse processo se mostra, num primeiro momento, trabalhoso, a exigir tempo e energias de que, em verdade, não dispomos. Gradativamente, contudo, o esforço despendido tanto enriquece de conteúdos e ferramentas e encantamentos a subjetividade do educador que acaba por facilitar a tarefa pedagógica, tarefa essa que, sem tal bagagem de vida e cultura, se torna para o sujeito-professor um repetido desgaste que nunca se alivia, um ato que se cumpre por exigência do vínculo empregatício, quando poderia ser fonte de vida e auto-desenvolvimento (também para o adulto-educador!).

Temos enriquecido nosso acervo subjetivo para dispor de conteúdos interessantes, humanizadores e desafiadores para transmitir a nossos pequenos? Temos conseguido "contaminar" as crianças com uma atitude de encantamento com a vida, com a cultura, com o conhecimento? Temos, como coletivo de educadores, conseguido preservar em nosso labor cotidiano um espaço de desenvolvimento humano e realização pessoal?

"O que ensinar" é uma decisão pedagógica que acontece ao mesmo tempo e em unidade com a escolha do "como ensinar": que estratégias e procedimentos pedagógicos utilizar, como organizar as ações das crianças, quais tarefas propor e em que sequência,

que instruções oferecer no início e durante as atividades? Para decidir como ensinar em cada situação, a ADI precisa ter um bom repertório de *estratégias* de ensino, e ao mesmo tempo considerar suas *circunstâncias concretas* de ensino: quantas crianças há na turma, quanto tempo se dispõe para o trabalho (considerando a rotina), em qual espaço físico será realizada a atividade, de quais recursos pedagógicos se dispõe?

Muitas vezes um excelente planejamento não dá certo em razão das condições que são inadequadas e não foram consideradas, podendo desencadear atritos e dispersão entre as crianças: um espaço apertado ou cheio de estímulos concorrentes que podem dispersar as crianças; tempo insuficiente para desenvolver as tarefas, fazendo apressar a conclusão da atividade; tarefas muito longas para crianças que ainda têm um tempo de atenção muito curto; proximidade da hora da refeição, do soninho, do parque ou da saída, dificultando a concentração, engajamento e permanência da turma na atividade.

Outras vezes, a escolha dos recursos pedagógicos não é adequada à idade das crianças: poucos objetos para serem divididos por crianças ainda muito pequenas, desencadeando disputas e possíveis atos agressivos; contação de história pela professora mantendo o livro distante das crianças, podendo gerar desinteresse por não conseguirem visualizar de seu lugar na roda. Quando os recursos não são adequados ao momento do desenvolvimento da criança ou não são compatíveis com o conteúdo trabalhado, eles se tornam objetos que desfocam a atenção das crianças daquilo que era o objetivo pensado pela professora ao invés de ajudarem a aprendizagem do conteúdo.

Também podem ocorrer descompassos em relação ao próprio conteúdo proposto, que pode estar além das possibilidades de compreensão da criança, levando a uma sensação de frustração e conseqüente abandono da tarefa, ou, inversamente, ser pouco desafiador, não despertando interesse e curiosidade. Essa questão se mostra ainda mais complexa se considerarmos a heterogeneidade das turmas: educamos um coletivo de crianças que, embora tenham a mesma idade cronológica, têm percursos diferentes e singulares de aprendizagem e desenvolvimento. Prever estratégias que dêem conta dessa diversidade de ritmos e de relação com o conteúdo é fundamental para que as situações de ensino-aprendizagem propostas incorram na zona de possibilidades de desenvolvimento de cada criança: nem aquém, nem além, pois em ambos os casos a educadora terá diante de si uma situação difícil de gerenciar. O desempenho e a

resposta das crianças a cada atividade proposta é, nesse sentido, um “termômetro” que ajuda a planejar a sequência do trabalho.

Com que frequência nossos planejamentos “dão certo”? O modo como organizamos e conduzimos as atividades têm nos levado a alcançar os resultados que desejamos? Quais têm sido os principais fatores que nos impedem de alcançar resultados satisfatórios em nosso trabalho?

Com esses exemplos podemos visualizar a complexidade das relações que a ADI precisa manejar em sua atividade profissional! É importante que fique claro que não se pretende aqui criar “novos problemas” para essas profissionais já bastante atribuladas com as demandas do cotidiano de uma instituição de educação infantil, mas identificar os problemas que já são enfrentados, ou seja, os fatores que já estão ali dia após dia interferindo no andamento do processo de ensino-aprendizagem-desenvolvimento, buscando torná-los mais claros e conscientes e, com isso, trazê-los ao alcance do enfrentamento e da mudança.

Ao longo desse texto, buscamos destacar a importância de que a delimitação do conteúdo e da forma de ensinar considere as circunstâncias concretas nas quais se ensina (e se aprende) e se guie pelas características e necessidades do sujeito-destinatário do ato pedagógico, a criança, avaliando suas possibilidades atuais e o devir de seu desenvolvimento, tudo isso orientado pela intencionalidade de promover o pleno desenvolvimento humano.

A cada momento a criança precisa ser introduzida a novos desafios que instiguem e impulsionem a formação de novas capacidades, tendo a ADI como parceira mais experiente, disposta a “fazer com ela” para que ela possa vir a “fazer com autonomia” – pois já aprendemos com o eminente psicólogo Lev S. Vigotski que a fonte da formação do “novo” e do “humano” no psiquismo infantil é, por excelência, a atividade compartilhada e instruída/orientada. Assim, poderemos materializar o compromisso de garantir as condições para o pleno desenvolvimento de todas as crianças que passam pelos nossos CCIs, o que esperamos que possa ser o elemento central a conferir sentido pessoal ao trabalho de cada profissional que compõe nossas equipes.